EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) PROCURADOR(A) CHEFE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO MARANHÃO

A CAIXA ESCOLAR \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ neste ato representada pelo(a) seu(sua) presidente, Sr(a). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_, CPF nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, matrícula(s) nº(s)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, (profissão), Professor(a), residente e domiciliado(a) na (endereço)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Estado do Maranhão. Vem perante Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 127, 129, I, II e III, art. 5º, incisos XXXIV, “a” e LXXIII, da Constituição Federal, bem como no artigo 11, incisos II e VI, da Lei 8.429/92, propor:

**REPRESENTAÇÃO**

Contra o(a) ex-presidente da Caixa Escolar \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_do Centro de Ensino \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Sr (a). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Matrícula(s) nº(s) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com domicílio na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Estado do Maranhão, Telefone \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em face deste(a) não ter prestado contas públicas dos recursos financeiros, da mencionada Caixa Escolar, recebidos no(s) exercício(s) de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_\_\_\_, como assegurado pela Constituição Federal , Art. 70, § Único e pela Constituição do Estado do Maranhão; Art. 50, § Único, bem como em razão da previsão legal constante no art. 29 da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, e art. 24, §§ 2º ao 4º, da Resolução nº 01, de 05 de agosto de 2009, que dispõe sobre  normas  para  transferência,  execução  e  prestação  de  contas  dos  recursos financeiros  destinados  ao  atendimento  das  escolas  da  Educação  Básica  da  Rede  Pública  Estadual.

No(s) ano(s) de \_\_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_\_\_ o(a) então presidente da Caixa Escolar \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Sr(a). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, deixou de prestar contas dos recursos financeiros do Programa\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ destinados ao atendimento dos alunos da escola Centro de Ensino \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, tampouco disponibilizou a documentação necessária para execução da prestação de contas pelo(a) presidente atual.

O Sistema de Gestão de Prestação de Conas Online – SIGPC, que disponibiliza informações a partir de 2011, acusa a inadimplência da referida Caixa Escolar junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, na gestão do(a) representado(a), o que, consequentemente, impediu-a de receber recursos destinados à cobertura de despesas de custeio/manutenção e pequenos investimentos para garantir o funcionamento e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica da escola.

A situação de inadimplência deixada pelo(a) ex-gestor(a) escolar tem causado sérios prejuízos à comunidade escolar, uma vez que a unidade de ensino está impedida de receber recursos financeiros necessários para garantir a melhoria de qualidade do ensino e aprendizagem de seus estudantes.

Instruem esta representação cópias dos seguintes documentos:

* Extrato bancário da conta corrente nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_, da agência nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_ do Banco \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por meio do qual a referida caixa escolar recebeu os recursos financeiros em questão.
* Relatório do SIGPC/FNDE contendo histórico com pendências de prestação de contas de recursos financeiros federais recebidos pela Caixa Escolar \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.
* Atas das Assembleias Gerais do Colegiado Escolar realizadas para confirmação do cargo de presidente e eleição dos demais membros da caixa escolar pertinentes ao mandato do(a) representado(a) e do mandato atual.
* Atos oficiais de designação e dispensa do(a) representado(a) para o cargo de gestor(a) escolar da unidade de ensino \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.
* Ato oficial de designação do(a) proponente desta representação para o cargo de gestor(a) escolar da unidade de ensino \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Diante dos fatos expostos e do direito arguido requer que seja(m):

1. Adotadas as providências cíveis e criminais da sua alçada, contra o(a) ex-presidente da Caixa Escolar \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ do Centro de Ensino \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Sr(a). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na forma da legislação vigente.

2. O(a) representado(a) notificado(a) para prestar contas, na forma exigida pela legislação aplicável, junto à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC.

3. Intimado quem de direito para que tome ciência do ocorrido e, caso queira, atue no feito.

4. Comunicado oficialmente o peticionante, por meio do endereço supramencionado, acerca das medidas tomadas por essa autoridade.

Nestes Termos

Pede e Aguarda Deferimento.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**

**PRESIDENTE DA CAIXA ESCOLAR**